

Sua Excelência  
Senhor Presidente da República  
Senhor Presidente  
da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores  
Senhor Representante da República  
para a Região Autónoma dos Açores  
Senhor Presidente e Senhores  
Membros do Governo  
Senhoras e Senhores Deputados  
Autoridades Cívicas, Militares e  
Religiosas  
Senhoras e Senhores Convidados

Reúne-se o órgão máximo da Autonomia, em sessão solene, para receber Vossa Excelência, Senhor Presidente da República.

Esta visita de reconhecimento da Autonomia, e de conhecimento concreto das capacidades e dificuldades dos Açores deste tempo, assume tanto mais significado quanto

não se destina a assinalar qualquer efeméride ou acontecimento especial, daquelas datas em que a presença é quase como que e apenas o cumprimento de uma obrigação.

Pelo contrário, a presença de Vossa Excelência nos Açores, por sua iniciativa e com os objectivos enunciados, assenta no cumprimento do papel da primeira figura do Estado no desenvolvimento da Autonomia, reforçado com a última revisão constitucional.

Bem haja por isso, pela iniciativa e pelos propósitos.

Fazer com que veja e sinta a Autonomia e a realidade açoriana pelos nossos olhos e pela vida dos açorianos é um desafio para todos nós.

Este momento, na casa da Democracia dos Açores, deve servir exactamente para isso. Para que os representantes dos açorianos lhe façam chegar a percepção e o projecto de sociedade que cada um tem sobre o Presente e para Futuro da Região, na diferença em que assenta a realidade

arquipelágica e na pluralidade de que vive a própria democracia.

É por isso mesmo, e não pelo mero cumprimento formal de obrigações regimentais, que as três forças políticas representadas no parlamento dos Açores, para além do seu Presidente, tomam a palavra e assumem perante Vossa Excelência as suas legítimas posições políticas. É assim que vemos esta oportunidade.

Foi, aliás, esse o repto de Vossa Excelência nas suas primeiras palavras nos Açores.

Considerando o actual enquadramento político da Região e a propensão clássica das maiorias para sobrelevar e propagandear aspectos positivos, poderia haver, pelo nosso lado, a tendência para começar pelos problemas. Porém, sendo o PSD um partido mais de alternativa do que de oposição, vamos começar pelas capacidades, pelas forças, por aquilo que podemos dar e não por aquilo que exigimos ou de que nos queixamos.

Qualquer abordagem à realidade açoriana, nas suas diversas dimensões, histórica, cultural, sociológica ou económica, terá de sustentar-se na dimensão universal destas ilhas, nos cruzamentos dos Açores com a História da Humanidade e nas capacidades dos açorianos para excederem os seus limites e horizontes, marcando com realizações as suas passagens pelos quatro cantos do mundo, onde hoje há tantos e tantos originários e descendentes das ilhas a criar progresso que orgulha a terra mãe.

É, assim, tanto pelas gentes como pela terra que os Açores e os Açorianos se afirmam superando dificuldades e realizando sonhos.

No poder que a terra concede aos homens e na força que estes dão ao Mundo.

E os Açores têm esta particularidade singular: a Terra é o Mar, confundem-se os elementos no vigor e na abundância da natureza.

O Mar que somos, que traz, que leva, que foi, é e será elemento decisivo da evolução da humanidade.

Sempre pelo Mar estivemos nas rotas de impérios e domínios do planeta, na Economia e na geo-política.

Hoje, o Mundo está rendido ao Mar, daqui por dois dias é aprovada a nova política marítima europeia.

É, sobretudo, pelo Mar que podemos contribuir para o progresso e para a Paz no Mundo.

Gervásio Lima, na sua Pátria Açoriana, exclamava que *“aos Açores deve o Mundo a desvendação dos mares que a outros mundos conduziram”*.

Ernesto do Canto escrevia: *“foi a descoberta dos Açores e a sua colonização que incitando a observações, elevaram a náutica, de simples navegação costeira, ás alturas duma sciencia exacta”*.

Na História que a Geografia nos concedeu está marcada a letras de aventura, sonho, conquista, dor, mar e Mundo a saga que nos identifica como Povo.

O nosso território, que para muitos é limitativo do nosso desenvolvimento, só é efectivamente potenciado na nossa relação com outras terras, de forma aberta, assumindo com desassombro o contributo que podemos dar a outros espaços a que pertencemos.

Contributo em muitas e diferentes áreas, mas que, como muito bem diagnosticou Vossa Excelência, assume particular significado ao nível da investigação científica em que nos podemos assumir como laboratório natural do Planeta, ou ainda num dos sectores mais influentes dos equilíbrios políticos e ambientais do Mundo como é a Energia.

Mas o retrato das ilhas não tem só uma cor. Tem as cores das conquistas e dos sonhos, mas tem também os tons das dificuldades sentidas pelas pessoas nas suas vidas e famílias.

E o fim único da Política só é, só pode ser, a Pessoa.

Tudo o mais são apenas meios de alcançar o Bem Comum. A democracia, a autonomia, as instituições e os seus titulares são apenas instrumentos de promoção das Pessoas.

Por isso, hoje, nos Açores, é preciso conhecer as dificuldades que vivem os açorianos e encontrar políticas dirigidas às pessoas e aos seus problemas.

Sem querer - nem ser este o momento adequado - fazer um balanço da governação da Região, constata-se que, hoje, nos Açores há muitos açorianos com dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e ao emprego. No domínio da Educação não atingimos os resultados desejados. Não produzimos nem criamos a riqueza que os meios comunitários postos ao nosso dispor exigiriam. Há uma excessiva dependência relativamente aos poderes públicos. Temos um grave problema demográfico expresso

na tendência de desertificação da maioria das ilhas, com a dificuldade de fixação de gente e de dinâmicas sociais e económicas.

Há, assim, na nossa perspectiva, falta de resultados na vida das pessoas, perante os milhões que nos têm sido concedidos pela Europa.

Devíamos estar mais próximos das médias europeias de desenvolvimento, das quais nos temos vindo a afastar nos últimos anos.

É, por isso, necessária uma outra e diferente forma de fazer Política. Para as Pessoas, para a sua realização e para a promoção das suas capacidades.

Perante capacidades e problemas temos desafios políticos permanentes, em especial na nossa relação com o Estado.

Desde logo, o processo de revisão estatutária em curso, cujo consenso alcançado nos Açores é uma garantia da força e da valia da proposta açoriana, esperando-se do



Estado a assunção desta visão da Autonomia que não é mais do que o aprofundamento e desenvolvimento do movimento autonómico iniciado com arrojo e brilhantismo em 1976 e que deverá ser continuada em futuras revisões constitucionais.

A necessidade de revisão da actual Lei de Finanças Regionais que sempre mereceu da nossa parte uma clara discordância, onde quer que nos encontremos.

E, finalmente, o desafio da integração europeia consubstanciado no Futuro Tratado, e na necessidade de afirmar com eficácia os interesses dos Açores, conforme Vossa Excelência bem conhece. Pois, não esquecemos o papel decisivo como Primeiro-Ministro de Portugal, num momento singular da autonomia, com a consagração do estatuto da ultraperiferia em Dezembro de 1988 em Rodes.

Por tudo isto, Senhor Presidente da República, o seu papel é fundamental na relação da Autonomia com o Estado, na promoção da afirmação dos Açores, dos seus valores e interesses, mas também na participação e acompanhamento permanente das dinâmicas insulares.

Porque a Autonomia é uma forma de concretização da Democracia tanto quanto os Açores são um modo de realização de Portugal.

A Autonomia que não é, nem nunca será, um processo acabado, porque tem tanta vida quanto foi o meio político encontrado para promover melhores vidas para os portugueses destas ilhas.

Sintam todos os portugueses, como escrevia há cerca de um século o poeta e cidadão do mundo Afonso Lopes Vieira: *“Os Açores! Bastiões marinhos de Portugal que no Atlântico adiantam a alma da mãe pátria”*.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Outubro de 2007